



# Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

## Dados da Reunião

Câmara:	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Carne Bovina				
Título:	Reunião Ordinária N. 44				
Local:	Sala de Reuniões do 2º Andar, nº 250 - Ed. Sede do MAPA - Brasília/DF				
Data da reunião:	07/06/2016	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	16:30

## Pauta da Reunião

14:00 - Abertura da 44ª Reunião Ordinária – Presidente da Câmara Setorial,

14:15 - Avisos e informações da Presidência e Secretaria da Câmara

- Aprovação da Ata da 43ª reunião ordinária

- Calendário de reuniões 2016 – confirmação

- Assuntos tratados na reunião anterior (PNCEBT, Portaria de atualização da composição da câmara, e outros)

- Informativo ASPAR

14:30 – Apresentação sobre Produção, Controle e Distribuição da vacina contra a Febre Aftosa no Brasil – SINDAN, Emilio Salani.

15:00 – Informações sobre ao andamento da solicitação de prioridade na análise da proposta de atendimento à cota prevista no Regulamento de Execução (UE) N° 481/2012 - Cota HQB 481/Cota Hilton II, da Comissão Europeia – CGSE/SDA/MAPA, Jorge Caetano e Bruno Cotta

15:15 – Apresentação sobre o Plano de expansão, aprimoramento e desenvolvimento sustentável da agricultura irrigada Sustentável e as vantagens para pecuária – SPRC, Demetrios Christofidis

15:45 – Apresentação do resultado dos trabalhos do GT com o novo posicionamento da Câmara Setorial visando o aperfeiçoamento da proposta de Transporte Rodoviário de Cargas Vivas, encaminhada, pelo MAPA, ao DENATRAN – Coordenador do GT/TRCV, Bruno Andrade

16:00 - Reflexões e oportunidades sobre Protocolos Privados - Dr. Ênio Marques

16:15h – Assuntos Gerais

16:30h – Encerramento

## Lista de Participantes

	Nome	Entidade	Frq	Assinatura
1	FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA FACUNDO		PR	
2	KEPLER EUCLIDES FILHO		PR	
3	DANIELA FIRMINO SANTANA AMARAL	ACST/MAPA	PR	
4	GIL MARCOS DE OLIVEIRA REIS	ABEG	PR	
5	PAULO SÉRGIO MUSTEFAGA	ABRAFRIGO	PR	
6	BRUNO DE JESUS ANDRADE	ASSOCON	PR	
7	SEBASTIAO COSTA GUEDES	CNPC	PR	
8	MAURICIO NEGREIROS VELLOSO	FAEG	PR	
9	PAULO APARECIDO CRAPINA	GS1 Brasil	PR	
10	VITOR LUDVIG BUMBIERIS	MF	PR	
11	JOSE CARLOS PIRES	SEAPI/RS	PR	



# Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

12	EMILIO CARLOS SALANI	SINDAN	PR
13	PAULO HENRIQUE PEDROZA E SILVA	SINDAN	PR
14	CARLOS ALBERTO PEREIRA DE ALBUQUERQUE	SINDIRAÇÕES	PR
15	ANNA CAROLINA FERNANDES FERREIRA ALVES	SPA/MAPA	PR
16	FRANCISCO STEFAN TOBISCH VILA	SRB	PR
17	CESARIO RAMALHO DA SILVA	ABRAMILHO	PR
18	ADOLPHO VAZ DE LIMA FILHO	CEF	PR
19	THAMIRES QUINHOES	ABIEC	CO
20	LUIZ WITELY	ABIEC	CO
21	THIAGO BORGES	CEF	CO
22	Victor Ayres	CNA	CO
23	JANAINA FLOR	FAEB	CO
24	ARIANA SERA	FAEP	CO
25	ENIO MARQUES	FPA	CO
26	PEDRO FERREIRA	GS1 Brasil	CO
27	JOSE LUIZ VARGAS	SDA/MAPA	CO
28	JORGE CAETANO	SDA/MAPA	CO
29	BRUNO COTTA	SDA/MAPA	CO
30	MANOEL AUGUSTO SOARES	SDA/MAPA	CO
31	RICARDO PINTO	SINDAN	CO
32	DEMETRIOS CHRISTOFIDIS	SMC/MAPA	CO

PR - presente / CO - convidado

## Desenvolvimento

Ocorreu a leitura da ata: Sim

### Desenvolvimento

**Abertura da 44ª Reunião Ordinária – Presidente da Câmara Setorial:** a quadragésima quarta Reunião Ordinária da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Carne Bovina foi aberta às quatorze horas, do dia sete de junho de 2016, na sala de reuniões do segundo andar do Edifício Sede do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, pelo Secretário da Câmara, o Senhor Francisco Facundo, o qual cumprimentou a todos, agradecendo pela presença e informando que o Presidente desse Fórum Consultivo, o Senhor Luiz Claudio de Souza Paranhos Ferreira, não poderá comparecer a esta reunião, em virtude de um compromisso surgido tempestivamente. Portanto, conforme expressa o Regimento Interno do CONSAGRO, na ausência do Presidente, se faz necessária a indicação de um membro do colegiado para presidir a reunião. Isto posto, foi indicado o nome do Senhor Sebastião Costa Guedes, membro efetivo, representante do Conselho Nacional de Pecuária de Corte para presidir esta reunião. Na oportunidade o presidente interino agradeceu a confiança e a presença de todos. Ato contínuo, passou a palavra a Chefe da Assessoria das Câmaras, Senhora Maria Auxiliadora, que cumprimentou a todos, comentando que a Equipe da Assessoria conta com 13 pessoas para dar suporte às 40 câmaras atualmente em funcionamento, ressaltando que ainda não recebeu orientações sobre as diretrizes que serão adotados pelo novo Ministro, Senhor Blairo Maggi, porém, salientou que o Ministro já informou que tem por objetivo fortalecer as câmaras e para esse novo período estará aberto a receber



## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

os presidentes das câmaras em seu gabinete e que em breve realizará uma reunião com todos os presidentes, para ouvi-los sobre os segmentos que representam e colher sugestões de ações que o Ministério poderá implementar.

**Avisos e informações da Presidência e Secretaria da Câmara: Aprovação da Ata da 43ª reunião ordinária:** o Presidente interino submeteu à aprovação do plenário, a Ata da 43ª Reunião Ordinária, encaminhada previamente, por meio eletrônico, tendo sido acolhidas as contribuições que chegaram via e-mail, a qual foi aprovada por unanimidade do plenário e seguiu para assinatura dos membros. Ato contínuo, o Presidente interino passou a palavra ao Secretário, Francisco Facundo, para apresentação dos Avisos e demais Informes. O Secretário discorreu sobre os itens a seguir: **Calendário de reuniões 2016:** confirmadas a 45ª RO para 22/09 e a 46ª RO para 06/12, ambas em Brasília/DF. **Assuntos tratados na reunião anterior: Primeiro assunto: PNCEBT** – Francisco Facundo informou que a proposta de Instrução Normativa se encontra na CONJUR, para análise final, desde abril. **Segundo assunto: Portaria de atualização da composição da Câmara** – informou que a nova Portaria de atualização da composição da Câmara Setorial, de nº 84/2016, foi publicada dia 06 de maio e enviada aos membros deste colegiado, no dia 06 de junho. **Informativo ASPAR:** foi apresentado pelo Secretário da Câmara, aos membros e ficará disponível no site da câmara, no endereço eletrônico <http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas>. Na oportunidade foi identificado o PL 215/2007, de autoria do Deputado Ricardo Tripoli - PSDB/SP, que institui o Código Federal de Bem-Estar Animal, o qual requer atenção deste colegiado (ver decisão a respeito no item que trata sobre a proposta de Transporte Rodoviário de Cargas Vivas, no final desta ata).

**Apresentação sobre Produção, Controle e Distribuição da vacina contra a Febre Aftosa no Brasil – SINDAN, Emilio Salani:** o Presidente convidou o representante do SINDAN, o Senhor Emilio Salani, para apresentar o tema. Salani apresentou dados relacionados à produção, controle e distribuição da vacina contra febre aftosa no Brasil. Informou que os animais que não tem casco rachado não são aceitáveis ao vírus da aftosa. Disse que existem hoje oito companhias que fazem a produção, controle e distribuição da vacina no Brasil. Esse grupo de empresas produz e distribui em torno de 420 milhões de vacinas/ano. Salaria que todas possuem o nível de segurança P3, aprovada pela comissão do MAPA, que estabelece essa segurança para todos da cadeia produtiva. Comentou que a vacina possui 24 meses de validade, com produção diferenciada para o mercado brasileiro. Apresentou a planilha do MAPA com informações de venda, preço e localidade de venda da vacina, para fazer o direcionamento do setor, sendo que os lotes da vacina são colocados à venda aproximadamente 30 dias antes de início da campanha, sendo disponibilizadas em frascos de 10 e de 50 doses, proporcionando rastreabilidade das mesmas. Essa vacina é exportada para Uruguai, Paraguai, Argentina, Venezuela Equador e Colômbia. Disse que através do sistema de gerência, pode ser verificado o quanto e para onde foram enviadas as vacinas. Informou que o LANAGRO/RS faz a rastreabilidade de toda a produção dessas. Falou da Fazenda Sarandi, que recebe as vacinas, que são monitoradas pelo MAPA e gerenciadas pelo LANAGRO/RS. Apresentou, ainda, o Sistema Informatizado de Controle da Aftosa – SICA, que controla todo o processo de teste das vacinas contra a Febre Aftosa como: Controle das propriedades fornecedoras de bovinos sensíveis; Recepção pelo LANAGRO/RS das partidas de vacinas contra febre aftosa; Avaliação dos bovinos sensíveis; Acompanhamento do Teste



## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

de Controle e Potência; Acompanhamento do Teste de Diagnóstico; Emissão de Relatórios Gerenciais e Emissão de Resultados dos Testes. Finalizou sua apresentação informando que, teoricamente, é impossível que haja ocorrência do vírus no país tendo 100% de imunização e salientou que essa segurança e rastreabilidade são verificadas até o ato de envio. Após essa ação, os cuidados nos locais de vendas e envio ao produtor, ficam sob a responsabilidade do distribuidor. Relacionada a transporte e temperatura, todo produto biológico apresenta cuidados necessários de controle e manutenção. Observou, ainda, que o Dr. Plínio Lopes, representante do DSA/SDA/MAPA, está realizando a atualização do PNEFA. Mauricio Veloso, representante da FAEG, solicita que o MAPA apresentasse mais afinco aos testes de validação dos medicamentos, não apenas relacionado aos prazos de validade e eficiência descritas nas bulas. Relacionado à vacinação contra aftosa sua retirada do mercado, salienta que são necessários avanços, pois é necessária, por parte do Ministério, a promoção de campanha relacionada aos procedimentos de uso da vacina, pois há fazendas que fazem uso da vacina fora da temperatura adequada, por exemplo, comprometendo o estado biológico dessa vacina. A conscientização do que é a vacina contra Febre Aftosa e o tempo sem a presença da doença faz com que produtores pensem e aleguem que não há a necessidade de imunização de seu rebanho. O representante da ABRAMILHO, o senhor Cesáreo Ramalho, comentou que, em sua opinião, a vacina é suficiente e que a mesma proporcionou a abertura de mercados internacionais, no entanto, salienta que há falta de avanços, pois vacina exposta ao sol sem a devida adequação de temperatura acontece. Disse que é favorável ao encerramento da vacina no Brasil, destacou a área de Santa Catarina que está 7 anos livre da vacinação e hoje exporta para o Japão, mercado muito exigente. Disse que é necessário diminuir o custo ao produtor. Emilio Salani disse que Santa Catarina passou por um trabalho de vacinação oficial com a presença da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC. Comentou que o Uruguai suspendeu a vacina por dois anos e este ano foi constatado um retorno da doença naquele país. Observou que deve haver preparo como em SC, para iniciar o encerramento da vacina no país. O Presidente encerrou o tema, agradecendo ao senhor Salani e enfatizando que é necessário o combate da doença e debate do futuro para nortear as ações a serem estabelecidas por todo o setor produtivo, que anseia pelo início da retirada da vacinação em alguns estados. Existem oito unidades com mais de vinte anos sem focos. Enfatizou que o retorno da doença ao Uruguai se deveu à precipitação da retirada da vacinação na Argentina.

**Informações sobre o andamento da solicitação de prioridade na análise da proposta de atendimento à cota prevista no Regulamento de Execução (UE) N° 481/2012 - Cota HQB 481/Cota Hilton II, da Comissão Europeia – CGSE/SDA/MAPA, Jorge Caetano e Bruno Cotta:** o Presidente convidou o senhor Jorge Caetano, representante da SDA/MAPA, para falar sobre o tema. Caetano agradeceu a oportunidade e informou sobre o andamento do processo de discussão da Cota Hilton. Disse que foram realizadas várias reuniões entre o DIPOA, integrantes da SDA/MAPA, inclusive o Secretário de Defesa, o senhor Luís Rangel, e com a participação de representantes do setor, sendo a ABIEC um dos integrantes. Disse que recebeu, ontem, uma proposta da ABIEC, de como seria atendido esse protocolo, a qual foi comentada com os membros da Câmara. Informou que a Cota Hilton possui um montante de 42.800 t./ano, não restritas aos EUA. Observou que, de acordo com o *US Meat Export Federation*, em 2014 foram importadas 40.883 t. apresentando um aumento de 27% em relação ao ano anterior. Salientou que cerca de 85% da cota foi utilizada, com o crescimento



## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

vindo principalmente da Austrália e do Uruguai que juntos, representam aproximadamente 60% das importações, 24.406 t. Apresentou dados relacionados à exportação na Cota dos anos 2013/2014: Austrália: 14.663 t. com aumento de 68% comparado com 8.727 t. no período anterior; Uruguai: 9.743 t. com aumento de 48% comparado com 6.583 t. do período anterior; Estados Unidos: 18.000 t. teve aumento de 8.4%; Canadá: estimativa de 15.000 t. Argentina participa da Cota, porém não teve seus dados relacionados. O palestrante enfatizou que há ociosidade da Cota estimada em 6.600 t, podendo ser usufruída pelo país que se disponibilizar. Ainda apresentou todos os países fornecedores que são credenciados: Argentina, Austrália, Canadá, Estados Unidos (EUA), Nova Zelândia e Uruguai. Relacionada à base legal, Jorge Caetano informou que o Regulamento de Execução EU - Nº 481/2012 da Comissão de 7 de junho de 2012 estabelece as regras de gestão de um contingente pautal para a carne bovina de alta qualidade e a Instrução Normativa n.º 6, de 20 de março de 2014 aprova os procedimentos de homologação, a estrutura básica e os requisitos mínimos do manual de procedimentos dos protocolos de sistemas de rastreabilidade de adesão voluntária da cadeia produtiva de carne de bovinos e de búfalos, quando suas garantias forem utilizadas como base para certificação oficial brasileira. O palestrante ainda enfatizou os principais desafios a serem enfrentados, tais como: 1. Força de trabalho, pois os SIF apresentam notórias deficiências de contingente; 2. Atribuição regimental apresentando protocolos relacionando a realidade sanitária e a realidade jurídica; 3. Potencial brasileiro de uso da cota, pois há rigor da auditoria por parte da UE e 4. Cultura de utilização da certificação de terceira parte. Sobre essa certificação, Jorge Caetano explicou que a certificação de produtos, processos, serviços, sistemas de gestão e pessoal por terceira parte, é realizada por uma organização independente, acreditada pelo Inmetro para executar a avaliação da conformidade. Enfatizou que ao acreditar um organismo de certificação de terceira parte, o Inmetro o reconhece competente para avaliar um objeto, com base em regras preestabelecidas, restando ao Ministério da Agricultura à responsabilidade de realizações de auditorias por amostragem e a certificação oficial brasileira. Caetano finalizou sua apresentação informando que aguarda a orientação do Secretário de Defesa, para dar continuidade as discussões sobre o tema. A apresentação será disponibilizada no site do MAPA através do endereço eletrônico <http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas>. O Presidente disse que o tema é importante e que foi apresentado ao setor o formato de atendimento à Cota realizado pelos EUA há tempos atrás, o qual é utilizado pelo Brasil. Finalizou o debate comentando que o tema merece mais discussões, em busca de um único entendimento.

**Apresentação sobre o Plano de expansão, aprimoramento e desenvolvimento sustentável da agricultura irrigada Sustentável e as vantagens para pecuária – SPRC, Demétrios Christofidis:** o senhor Demétrios Christofidis, representante da Coordenação-Geral de Produção Sustentável apresentou que tem por objetivo aumentar a área irrigada do país de 6,2 milhões para 11,2 milhões, expansão de 5 milhões de hectares, ou 80% em 10 anos. Salientou que as ações contribuem para fazer uso da água de forma racional, evitar as perdas agrícolas por causa de problemas climáticos, aumentar a produtividade de 3,4 para 4 toneladas por hectare e gerar até 7,5 milhões de empregos diretos e indiretos, alcançando também a diminuição da pressão sobre a abertura de novas áreas de produção. O palestrante informou que o Plano será implantado em duas etapas: primeira etapa – 2016 a 2019, que conclui a ampliação da área irrigada em 1,5 milhão de hectares, considerando a infraestrutura



## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

atual disponível; implementação do Cadastro Nacional de Irrigantes; implantação de 50 unidades demonstrativas; capacitação de 20 mil produtores e técnicos e implantação de três centro de referência em agricultura irrigada. Na segunda etapa – 2020 a 2024 será estabelecida a ampliação da área irrigada em 3,5 milhões de hectares, a partir da identificação das regiões aptas, e equacionamento de questões de infraestrutura e logística; capacitação de 35 mil produtores e técnicos e implantação de 50 unidades demonstrativas. Disse que as áreas identificadas para o fomento da agricultura irrigada, a curto prazo, têm 4,5 milhões de hectares e estão localizadas em 298 municípios brasileiros, sendo prioritárias as áreas localizadas nas regiões do Semiárido brasileiro. Finalizou sua apresentação enfatizando que o Plano Agrícola e Pecuário 2016/2017, lançado no último dia 4, destinou R\$ 550 milhões para financiar a irrigação. A apresentação será disponibilizada no site das câmaras, n endereço eletrônico <http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas>.

### **Apresentação do resultado dos trabalhos do GT com o novo posicionamento da Câmara Setorial visando o aperfeiçoamento da proposta de Transporte Rodoviário de Cargas Vivas, encaminhada, pelo MAPA, ao DENATRAN – Coordenador do GT/TRCV, Bruno Andrade:**

o coordenador do GT/TRCV, o senhor Bruno Andrade, lembrou que no último encontro deste colegiado foi constituído um GT, composto pela ASSOCON, ABCZ, ABEG, ABIEC, ABRAFRIGO e CNA, para analisar as propostas de Normativa do Transporte de Cargas Vivas e Treinamento de Condutores e propor novas contribuições visando seu aperfeiçoamento e que coube a ele a incumbência de coordenar os trabalhos. Foram trocadas informações, via e-mail, entre os membros do GT e a reunião presencial para conclusão dos trabalhos ocorreu na CNA, no dia 06 de abril, com a participação de todos os integrantes do GT e também foram convidadas algumas empresas: a JBS e a MARFRIGO, além do Consultor Stavros Platon para participar dos debates. Na ocasião foram debatidos ponto a ponto dos itens relacionados ao Transporte Rodoviário de Cargas Vivas e Formação de Condutores e posteriormente foram incluídas as considerações na Proposta vigente. Bruno disse que, em sua opinião, as conclusões que foram definidas no GT foram de grande valia, pois foram acrescentados pontos novos, tecendo comentários sobre os mesmos, para serem avaliados pelos representantes do Bem-Estar Animal, integrados ao MAPA. Acrescentando que no dia 25 de maio foram encaminhadas 02 planilhas ao Secretário da Câmara, senhor Francisco Facundo, com as contribuições do GT, uma sobre o Transporte de Cargas Vivas e a outra relacionada à normativa referente ao Treinamento de Condutores, para serem circuladas entre os membros da Câmara Setorial, para conhecimento e envio de possíveis sugestões e que, até o presente momento, não chegaram novas contribuições e nem manifestações contrárias a respeito do tema. Finalizando seus relatos, Bruno informou que o GT aguardará os próximos passos relacionados às duas normativas. Após os debates, a proposta apresentada pelo GT foi aprovada pelo plenário, que recomendou seu encaminhamento a área competente do MAPA, para análise e manifestação a respeito. Na oportunidade o senhor Gil Reis, representante da ABEG, comentou que ficou claro através de informações das representantes da SMC/MAPA, senhoras Charlie Ludke e Lizie Buss, que esse trabalho está sendo realizado pela CTBEA, comissão consultivas idêntica à Câmara Setorial, salientando que os integrantes deste colegiado não conhecem o teor do Acordo de Cooperação Técnica entre UE e Brasil e propondo que seja solicitado ao MAPA que encaminhe à Câmara Setorial, cópia do referido acordo, destacando a importância e necessidade de seus integrantes conhecerem as informações relacionadas as tratativas desse acordo e quais os objetivos do mesmo aqui no



## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Brasil, tendo o plenário concordado com a proposta apresentada pelo representante da ABEG. Ainda com a palavra, o senhor Gil Reis comentou que conversou com o senhor Ênio Marques sobre Protocolo Privado, o qual lhe disse que não há necessidade de esperar o GT do MAPA realizar intervenções nas duas Normativas, pois o setor já examinou a Normativa já foram estabelecidas adequações e por final, propôs ao plenário que fosse transformado o documento que já foi debatido em uma proposta de Protocolo Privado e que seja apresentada à CNA, sendo comunicado ao MAPA. Sem as questões relacionadas à auditoria de terceira parte e sendo fiscalizado pelo MAPA, como todas as normativas. Salientou que o Ministério da Agricultura faria o seu papel fiscalizatório da mesma forma. O Presidente finalizou o assunto dizendo que o debate foi importante, solicitou a opinião do coordenador do GT, o senhor Bruno Andrade sobre o assunto. Bruno enfatizou que concorda que as duas normativas não foram bem discutidas no início, pelo setor produtivo. Infelizmente no início não foi assumida, pelo setor, à dianteira relacionada aos regulamentos privados. Disse que existem materiais técnicos muito bem escritos, que podem ser utilizados na construção dos protocolos pretendidos. Comentou que ter um protocolo privado e ter um guia de boas práticas que passa a ser utilizado pelo setor produtivo, poderá melhorar o trabalho e salienta que é amplamente válido. Finalizou dizendo que o protocolo privado e um guia de boas práticas estabelecido entre o setor produtivo também auxiliará os trabalhos do MAPA. Gil Reis também propôs que o mesmo GT, relacionado aos temas ora debatidos, fique com a incumbência de examinar o PL 215/2007, de autoria do Deputado Ricardo Tripoli - PSDB/SP, que institui o Código Federal de Bem-Estar Animal e que está tramitando no Congresso Nacional e apresentar suas conclusões para serem apreciadas e deliberadas pelo plenário da câmara. **DECISÃO:** a proposta do senhor Gil foi aceita pelo plenário. **Encaminhamento 1:** encaminhar, para a SMC/MAPA, a proposta apresentada pelo GT que foi aprovada pelo plenário, para apreciação e manifestação a respeito. **Responsáveis:** Secretário e Presidente da Câmara. **Encaminhamento 2:** solicitar ao MAPA que encaminhe à Câmara Setorial, cópia do Acordo de Cooperação Técnica entre UE e Brasil sobre Bem-Estar Animal. **Responsável:** Secretário da Câmara. **Encaminhamento 3:** examinar o PL 215/2007, que institui o Código Federal de Bem-Estar Animal e apresentar suas conclusões para apreciação e deliberação, pelo plenário da câmara, na próxima reunião. **Responsável:** GT /TRCV, coordenado pelo Bruno Andrade. O sr. Gil Reis complementou que o assunto de Bem-Estar e Boas Práticas Animais faz parte da Sustentabilidade Financeira do Negócio para quem transporta bovinos vivos, acrescentando que animais machucados ou maltratados além de ser fruto de crueldade desnecessária, causam enormes prejuízos. A ABEG já desenvolveu um grande trabalho nessa área há mais de 4 anos com a contratação do Grupo BEA de Jaboticabal no início e deu sequência com outros consultores especializados como o consultor Stavros Platon que vem desenvolvendo um trabalho sobre Boas Práticas no Transporte Marítimo.

**Reflexões e oportunidades sobre Protocolos Privados - Dr. Ênio Marques:** o Presidente convidou o senhor Ênio Marques para falar sobre o tema. O Sr. Ênio iniciou comentando que este não é um assunto novo, no entanto, é pouco utilizado aqui no Brasil. Disse que há anos atrás, quando foram estabelecidos os acordos de barreiras sanitárias, uma questão que mereceu atenção, foi o artigo 13 do Acordo do SPS, o qual permite que agentes não governamentais estabeleçam regras que possam ser utilizadas no comércio. Salientou a existência de inúmeras situações que através de entendimentos entre os agentes interessados é possível determinar padrões, a serem seguidos e que o protocolo privado é um compromisso



## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

assumido por um ente de uma cadeia produtiva, estabelecendo interesse comum, que tenha impacto social relevante. Disse que no caso do transporte animal, o protocolo privado é oportuno, pois permitiria um olhar aprofundado do que existe, ressaltando que os grupos sociais quando interagem nessas relações, nada mais são do que o enraizamento de bases e costumes, e na medida em que a sociedade cresce e torna-se mais complexa, se fazem cada vez mais necessários os ordenamentos, para que a sociedade possa ser beneficiada e funcione melhor. Por isso, e em virtude da globalização mundial, há a existência dos acordos internacionais, os quais, em função do grau de evolução da sociedade, podem ser mais ou menos cumpridos. Exemplificou estes argumentos, com a área de defesa sanitária, a qual possui muitas regras como Códex, acordos com a OIE, consagrados a partir da receptividade da lei brasileira relacionada a esses acordos, mas que na prática quase ninguém sabe que eles existem e que grande parte dos agentes econômicos nunca leu boa parte dessas legislações. Finalizando, disse que, como alternativas para essas questões, são necessários os entendimentos pela cadeia produtiva sobre o tema, no que diz respeito às condições técnicas e estudos. Sobre os princípios relacionados ao Bem-estar Animal, informa que devem ser consideradas questões técnicas e operacionais, usando princípios do BEA, acrescentando, que, em sua opinião, a CNA deve ser a depositária e gestora dos protocolos privados, desta forma, acredita que a aderência possa ser de grande parte da cadeia produtiva. Ressaltou a dificuldade do governo em atuar mais efetivamente em questões dessa natureza, visto que ele somente pode realizar aquilo que está previsto na lei e concluiu dizendo que o setor tem todas as condições para estabelecer os protocolos privados relacionados aos temas em questão, cabendo ao MAPA à incumbência de fiscalização os aspectos relacionados ao BEA.

**Assuntos Gerais:** o senhor Cesáreo Ramalho, representante da ABRAMILHO, apresentou informações sobre a cultura do milho no Brasil. Disse que foi realizado um trabalho para aumento de produção entre os anos de 2010 e 2015, salientando que a carência de estoques é grande, deixando os produtores de aves e suínos brasileiros com problemas de abastecimento. Enfatizou que a área de exportação do produto brasileiro está muito boa, o que dinamizou o setor e que os produtores não querem subsídio nem tabelamentos, pelo contrário, querem o estabelecimento do livre comércio. Finalizou informando que será apresentado, ao Ministro Blairo, um estudo sobre o milho brasileiro e um Plano da Associação para a produção.

**Encerramento:** Sem mais assuntos a serem tratados, o Presidente da reunião agradeceu a participação de todos, encerrando os trabalhos, às 16h45minutos, e eu, Daniela Santana, lavrei a presente ata, revisada pelo Secretário.

### Preposições

Item	Item da reunião
------	-----------------

### Ações

Item	Ação	Responsável	Dt. prevista
------	------	-------------	--------------

### Dados da próxima reunião

Local:	
--------	--





## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Data da reunião:		Hora de início:	
Pauta da Reunião			

### Anexos

Arquivo	Descrição
---------	-----------